



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUCAS EMILIANO DA SILVA

**FINANÇAS PESSOAIS: UMA ANÁLISE SOBRE O ENDIVIDAMENTO E A
INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS**

**JOÃO PESSOA
2021**

LUCAS EMILIANO DA SILVA

**FINANÇAS PESSOAIS: UMA ANÁLISE SOBRE O ENDIVIDAMENTO E A
INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena

**JOÃO PESSOA
2021**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586f Silva, Lucas Emiliano da.
Finanças pessoais: uma análise sobre o endividamento
e
a inadimplência das famílias brasileiras / Lucas
Emiliano da Silva. - João Pessoa, 2021.
49 f. : il.

Orientação: Wenner Glaucio Lopes Lucena.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Finanças pessoais. 2. Endividamento. 3.
Inadimplência. I. Lucena, Wenner Glaucio Lopes. II.
Título.

UFPB/CCSA

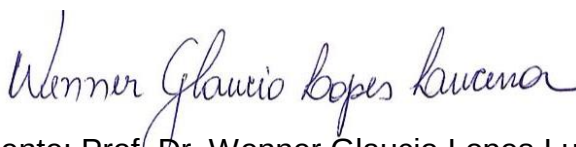
CDU 657

LUCAS EMILIANO DA SILVA

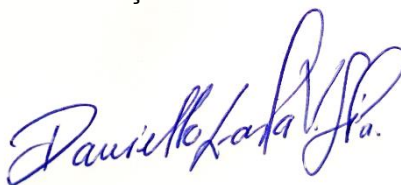
**FINANÇAS PESSOAIS: UMA ANÁLISE SOBRE O ENDIVIDAMENTO E A
INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



Presidente: Prof. Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena
Instituição: UFPB



Membro: Prof.^a Ma. Danielle Karla Vieira e Silva
Instituição: UFPB



Membro: Prof. Dr. Moisés Araújo Almeida
Instituição: UFPB

João Pessoa, 03 de dezembro de 2021.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA

Eu, Lucas Emiliano da Silva, matrícula n.º 20170000655, autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Finanças pessoais: uma análise sobre o endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras, orientado pelo Professor Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena, como parte das avaliações do Curso de Ciências Contábeis no período letivo 2021.1 e requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, declaro que o trabalho em referência é de minha total autoria, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte, além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho, obedecendo aos padrões nacionais para referências diretas e indiretas, ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Afirmando que em hipótese alguma representa plágio de material disponível em qualquer meio, e declaro, estar ciente das penalidades previstas nos artigos 184 e 298 do Decreto-Lei n.º 2.848/1940 – Código Penal Brasileiro, como também declaro não infringir nenhum dispositivo da Lei n.º 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais.

Assim, se houver qualquer trecho do texto em questão que configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais, assumo total responsabilidade, ficando a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, ou pela veracidade e originalidade desta obra, cabendo ao corpo docente responsável pela sua avaliação não aceitá-lo como Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Curso de Ciências Contábeis, e, por conseguinte, considerar-me reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Por ser verdade, firmo a presente.

João Pessoa, 03 de dezembro de 2021.



Assinatura do(a) discente

Dedico este trabalho aos meus pais, João e Edileuza, e ao meu irmão, Leandro, por todo o apoio, a dedicação e o cuidado em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus que, em sua imensidão, me concede bênçãos constantes, é meu sustento e minha fortaleza, o qual sem Ele eu nada seria.

Agradeço aos meus pais, João e Edileuza, por todo apoio e confiança que depositaram em mim desde o princípio e não mediram esforços para que este momento se tornasse possível.

Ao Prof. Dr. Wenner Lucena, meu orientador ao longo de toda a graduação, por todos os direcionamentos e ensinamentos, desde o Projeto de Extensão Educação Financeira Para Toda a Vida até agora na fase final do curso e, com certeza, ainda “vamos trabalhar” por muitos e muitos anos.

Aos amigos que fiz ao longo deste período: Adrielle, Alexia, Andrezza, Bruna, Íris, Lavínia, Luana, Pedro e Vitor, agradeço por todo companheirismo nestes anos.

Aos colaboradores do Setor Fiscal da Big Consultoria (Danymara, Denys, Emílio, Isabella, Nalyje, Rayssa, Thiago e Willames), agradeço pelos ensinamentos, pelas conversas e pela animação diária.

Por fim, a todos que me ajudaram direta ou indiretamente nesta caminhada, que acreditaram em minha capacidade e nos meus sonhos.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o maior seria menor se lhe faltasse uma gota.”

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar as características acerca do endividamento e da inadimplência entre famílias brasileiras de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. Utilizando-se dos dados disponibilizados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo adotou-se uma pesquisa de caráter descritivo, documental e quantitativo para atender ao objetivo proposto, sendo utilizados os dados de janeiro de 2010 a outubro de 2021, totalizando 142 meses para a análise. De modo mais acentuado, as restrições sanitárias impostas em decorrência da pandemia do novo coronavírus causaram também diversos impactos socioeconômicos. Os resultados da pesquisa apontam para um atual cenário de crescimento do endividamento em todas as faixas de renda, sendo no ano de 2021 que estão registrados os maiores índices, com mais de 70% das famílias brasileiras endividadas. Contudo, a inadimplência não apresentou a mesma tendência de crescimento, tendo um cenário mais ameno, com seus níveis variando apenas entre 19% e 25% ao longo de toda a pesquisa. Por fim, quanto aos tipos de dívidas, identificou-se que o cartão de crédito, o crédito consignado e os carnês são os tipos de dívidas que mais exercem influência positiva nos níveis de endividamentos das famílias, independentemente das faixas de renda. Concluiu-se, portanto, pela necessidade de trabalhos contínuos junto aos consumidores para viabilizar que a população tenha conhecimentos e oportunidades para gerir bem os próprios recursos e evitar que estes níveis de endividamento cresçam ainda mais.

Palavras-chave: Finanças pessoais. Endividamento. Inadimplência.

ABSTRACT

This study aimed to identify the characteristics of indebtedness and default among Brazilian families according to the Consumer Debt and Default Survey. Using data provided by the National Confederation of Commerce of Goods, Services and Tourism, a descriptive, documentary and quantitative research was adopted to attend to the proposed objective, considering data from January 2010 to October 2021, totalizing 142 months for the analysis. More significantly, the sanitary restrictions imposed as a result of the new coronavirus pandemic also caused several socioeconomic impacts. The survey results point to a current scenario of indebtedness growth in all income groups, with 2021 being the year with the highest indexes, with more than 70% of Brazilian families indebted. However, default did not show the same growth trend, with a pleasant scenario, with its levels varying only between 19% and 25% throughout the entire survey. Finally, regarding the types of debts, it was identified that the credit card, payroll-deductible loans and carnet are the types of debt that most exert a positive influence on households debt levels, regardless of income ranges. It was concluded, therefore, that there is a need for continuous work with consumers to make it possible for the population to have knowledge and opportunities to manage their own resources well and prevent these levels of indebtedness from going further.

Keywords: Personal finances. Indebtedness. Default.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Infográfico da cidadania financeira	17
Gráfico 1 – Média geral de endividamento das famílias brasileiras	30
Gráfico 2 – Médias anuais de endividamento das famílias brasileiras	31
Gráfico 3 – Média geral de inadimplência das famílias brasileiras	32
Gráfico 4 – Médias anuais de inadimplência das famílias brasileiras	33
Gráfico 5 – Comparação da média de endividamento geral e o endividamento em famílias com renda menor e maior que 10 salários-mínimos	36
Gráfico 6 – Comparação da média de endividamento geral e o endividamento em famílias com renda menor e maior que 10 salários-mínimos	38
Gráfico 7 - Comparação das médias gerais dos tipos de dívidas nos anos de 2019, 2020 e 2021	39
Gráfico 8 - Comparação das médias dos tipos de dívidas nos anos de 2019, 2020 e 2021 em famílias com renda menor que 10 salários-mínimos	40
Gráfico 9 - Comparação das médias dos tipos de dívidas nos anos de 2019, 2020 e 2021 em famílias com renda maior que 10 salários-mínimos	40
Quadro 1 – Princípios e recomendações da OCDE	18
Quadro 2 – Principais indicadores presentes na PEIC	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição das variáveis	26
Tabela 2 – Perfil geral do endividamento nas famílias brasileiras	29
Tabela 3 - Perfil geral da inadimplência nas famílias brasileiras	29
Tabela 4 - Médias de endividamento nas famílias brasileiras nos de 2019, 2020 e 2021	33
Tabela 5 - Médias de inadimplência nas famílias brasileiras nos de 2019, 2020 e 2021	34
Tabela 6 - Matriz de correlação entre as variáveis de endividamento e inadimplência	34
Tabela 7 - Perfil do endividamento nas famílias brasileiras com renda menor que 10 salários-mínimos	35
Tabela 8 - Perfil do endividamento nas famílias brasileiras com renda maior que 10 salários-mínimos	35
Tabela 9 - Perfil da inadimplência nas famílias brasileiras com renda menor que 10 salários-mínimos	37
Tabela 10 - Perfil da inadimplência nas famílias brasileiras com renda menor que 10 salários-mínimos	37
Tabela 11 - Estatística descritiva das variáveis gerais dos tipos de dívidas	39
Tabela 12 - Verificação da influência dos tipos de dívidas nas médias de endividamento, pelo modelo de regressão tobit	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABECS	Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços
BCB	Banco Central do Brasil
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNDL	Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo geral	14
1.2.2	Objetivos específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	O PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO INSTRUMENTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	17
2.2	A RELAÇÃO ENTRE CONSUMO, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA	20
2.2.1	As dívidas mais comuns entre os consumidores brasileiros	21
2.2.2	Principais fatores para a inadimplência	22
2.3	PESQUISA DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR (PEIC)	23
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	25
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	25
3.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	26
3.3.1	O instrumento de pesquisa	26
3.3.2	Variáveis e indicadores	26
3.4	MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS	27
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	29
4.1	PERFIL GERAL DO ENDIVIDAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS	29
4.2	COMPARAÇÃO DO PERFIL DO ENDIVIDAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS COM DIFERENTES RENDAS	35
4.2.1	Comparação do perfil do endividamento nas famílias brasileiras com diferentes níveis de renda	35
4.2.2	Comparação do perfil da inadimplência nas famílias brasileiras com diferentes níveis de renda	36
4.3	INFLUÊNCIA DOS TIPOS DE DÍVIDAS NO ENDIVIDAMENTO	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Há alguns anos, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) já estabelece que os programas de educação financeira devem ser promovidos com vistas a ajudar, o consumidor, a obter informações para compreender os benefícios e malefícios dos diferentes tipos de produtos e serviços financeiros.

No mercado brasileiro há a oferta de diversos destes itens, como por exemplo: caderneta de poupança, crédito direto ao consumidor, cheque especial, cartão de crédito, financiamentos, consórcios, certificado de depósito bancário, letras de crédito imobiliário (TOZETTO, 2015), assim como também os produtos em renda variável, como por exemplo: ações, fundos imobiliários, criptomoedas (SAVIOLI, 2021).

O planejamento financeiro, seja ele individual ou familiar, necessita de informações qualitativas e quantitativas acerca dos objetivos almejados, da situação patrimonial, da capacidade de geração de renda, das dívidas, dentre outros fatores (NUNES, 2018).

No entanto, em uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC Brasil (2020) constatou-se que 47,7% dos brasileiros não realizam o controle de seus orçamentos. Além disso, esse mesmo estudo ainda aponta que 84,9% dos pesquisados possuem contas a pagar, com destaque para o cartão de crédito (63,6%) e para os empréstimos em instituições financeiras (21,3%).

Ademais, existe uma diferenciação entre endividado e inadimplente que precisa ser feita: os endividados são aqueles consumidores que contraem dívidas, implicando em uma restrição significativa de sua renda, enquanto que os inadimplentes são aqueles que, após adquirir dívidas, não realizam os pagamentos destas nas datas previstas, deixando de cumprir cláusulas contratuais (OLIVATO; SOUZA, 2007).

Neste sentido, também se tem o entendimento de Calvete, Daros e Colla (2018) que consideram como endividado o consumidor que efetuou compras no crédito, enquanto que, a figura do inadimplente está relacionada ao consumidor que deixa de honrar com os pagamentos de suas dívidas antes da data de vencimento.

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e

Turismo (CNC, 2020), o percentual de famílias com dívidas atingiu 66,6% em abril de 2020, nos primeiros meses da pandemia do novo coronavírus. Em entrevista, o presidente da CNC atribuiu este recorde à expansão de crédito necessária para a manutenção do poder de compra das famílias em meio à pandemia (ABDALA, 2020).

Em pesquisa apresentada por Liberato (2020), constatou-se que, desde o primeiro semestre de 2017, os consumidores atribuem o principal fator da inadimplência ao desemprego, seguido pela diminuição da renda e o descontrole financeiro. Além disso, também foi identificado que 45% dos entrevistados possuíam dívidas de até R\$ 3.000,00 e 32% possuíam dívidas acima de R\$ 5.000,00.

A prática da educação financeira, ou a ausência dela, não afeta apenas a realidade dos consumidores, mas também, o cotidiano empresarial. A concessão de crédito aos consumidores pode acarretar em despesas para análise de crédito e cobranças futuras, existindo ainda o risco do surgimento de dívidas incobráveis, eventos estes que causam impactos negativos no fluxo de caixa das empresas e compromete o desempenho organizacional futuro (HOJI; LUZ, 2019).

Deste modo, observa-se que o endividamento e a inadimplência estão diretamente correlacionados com outros temas, sendo necessário, portanto, um contínuo estudo sobre estes, para compreender o seu comportamento e suas consequências.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante deste cenário, têm-se o seguinte questionamento: **quais as características acerca do endividamento e da inadimplência entre famílias brasileiras de acordo com a PEIC?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Identificar as características acerca do endividamento e da inadimplência entre famílias brasileiras de acordo com a PEIC.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) traçar o perfil das famílias participantes da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor;
- b) comparar os dados de endividamento e inadimplência entre as famílias que possuem renda menor e maior que dez salários-mínimos;
- c) verificar a influência dos tipos de dívidas no endividamento das famílias.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os estudos acerca do endividamento e da inadimplência buscam compreender os eventos posteriores às relações de consumo. Conforme apontado por Cândido e Fernandes (2014), os jovens não estão sendo preparados para administrar suas finanças pessoais, e, com isso, acabam por apresentar um maior endividamento proporcional quando comparados com seus ascendentes familiares.

Em seu último relatório trienal, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) confirma este entendimento ao concluir que os jovens estão com dificuldades para entender assuntos relacionados a finanças pessoais e aponta o Brasil como o 4º país, dentre os 20 analisados, com a pior competência financeira entre esse público (BERTÃO, 2020).

Os impactos do endividamento e da inadimplência repercutem em diversos aspectos, como: comprometem a renda e o poder de compra futuro dos próprios consumidores; impactam a saúde financeira das empresas; refletem no setor financeiro brasileiro; e insurgem a necessidade da criação de políticas públicas para atender as demandas da população em situação de vulnerabilidade.

Ademais, como já apontado por Lucena *et. al* (2014), os meios de comunicação, por meio das inserções de publicidades, apresentam diversas ofertas facilitadas, despertando nos consumidores o mero desejo do “ter” que o capitalismo impõe. Ainda nesse mesmo trabalho, é citado que o endividamento pode até ocasionar prejuízos para a saúde mental dos consumidores.

A necessidade de estudos nessa área também é reforçada por França (2019) que defende a indispensabilidade da análise dos níveis de endividamento nas numerosas camadas sociais da população, com o objetivo de inteirá-las da responsabilidade de suas decisões financeiras, assim como, informar sobre o modo

como o endividamento e o consumismo causam prejuízos ao bem-estar dos indivíduos.

Ademais, em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo está vivendo a pandemia do novo coronavírus, cientificamente chamado de SARS-CoV-2. Esta declaração sinaliza aos governantes dos países em todos os continentes que medidas precisaram ser tomadas para conter a disseminação do vírus, e assim, evitar mortes pela doença (SANCHES, 2020).

Dentre as medidas que foram tomadas para conter o contágio pelo novo coronavírus, estão: o isolamento social; fechamento do comércio e dos serviços considerados não essenciais; suspensão das aulas na rede de ensino público e privado; suspensão de eventos com público; adoção do regime de teletrabalho ou *home office*; uso de máscaras e constante higienização das mãos, dentre outros.

No entanto, esta crise sanitária também trouxe impactos socioeconômicos. Conforme exposto por Fagundes, Felício e Sciarretta (2021), a economia brasileira, nos primeiros meses da pandemia, sofreu uma retração de 9,7% quando comparado o segundo trimestre em relação aos meses anteriores. Além disso, entre março e junho de 2020, cerca de 1,6 milhão de empregos formais (com carteira assinada) foram eliminados.

Neste sentido, uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontou que, durante a pandemia, 32% dos pesquisados afirmaram que sua renda diminuiu e outros 14% afirmaram que tiveram sua renda zerada. Outrossim, essa mesma pesquisa ainda apontou que 71% da população reduziu suas despesas desde o começo da pandemia (NICACIO, 2021).

Diante deste cenário, reforça-se a necessidade de estudos nesta área, haja vista que, a redução de renda é um dos principais fatores que levam ao aumento do endividamento e da inadimplência e, por conta da pandemia como exposto anteriormente, parte da sociedade brasileira se viu frente a um cenário de dificuldades financeiras ainda maiores. Constatando em uma dura realidade que a população mundial está passando nesse período, a educação financeira é peça fundamental para que novos caminhos sejam apontados em prol da economia mundial.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

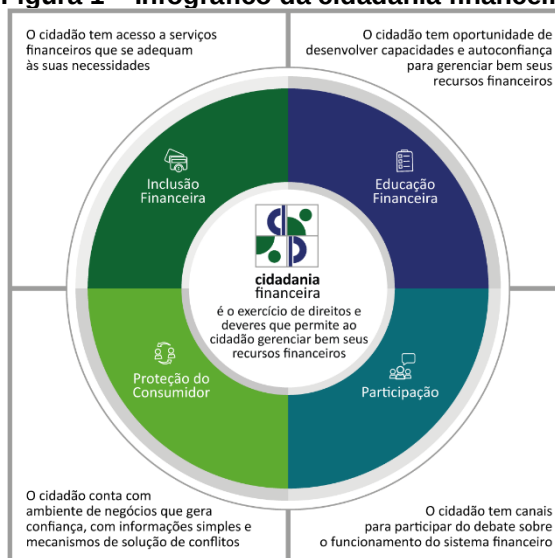
A fundamentação teórica está estruturada em três partes, sendo inicialmente abordado o planejamento financeiro no âmbito da educação financeira. Em seguida, há a descrição da relação entre consumo, endividamento e inadimplência e, por fim, a explanação quanto à Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor.

2.1 O PLANEJAMENTO FINANCEIRO COMO INSTRUMENTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O Banco Central do Brasil (BCB, 2018) conceitua cidadania financeira como sendo o conjunto de direitos e deveres exercidos com o objetivo de possibilitar que o cidadão gerencie bem os seus recursos financeiros. Ademais, o bom gerenciamento dos recursos financeiros compreende ao planejamento do uso de recursos, o gerenciamento do uso de crédito e o hábito de poupar.

A Figura 1 apresenta como realiza-se o desenvolvimento da cidadania financeira: a inclusão financeira se refere ao acesso do cidadão aos serviços financeiros adequados às suas necessidades; a proteção ao consumidor quanto à confiabilidade do ambiente de negócios; a educação financeira trata da oportunidade, ao consumidor, para o desenvolvimento de capacidades que o auxilie a gerir os próprios recursos; e a participação aborda a existência de canais para o debate sobre o funcionamento do sistema financeiro.

Figura 1 – Infográfico da cidadania financeira



Fonte: O que é cidadania financeira? Definição, papel dos atores e possíveis ações – BCB (2018)

A educação financeira é entendida por Savoia, Saito e Santana (2007) como um movimento de difusão de saberes que possibilita o desenvolvimento de aptidões nos indivíduos, para torná-los capazes de tomar decisões com base em fundamentos, de maneira segura, e assim, melhor gerir suas finanças pessoais.

Para a OCDE (2012), a educação financeira consiste em um movimento em que consumidores e investidores financeiros aperfeiçoam os seus entendimentos sobre os produtos, conceitos e riscos financeiros, sendo a partir do processo informativo que ocorre o desenvolvimento da confiança e as aptidões necessárias para uma maior consciência financeira.

O fomento à educação financeira pode ser visto como um mecanismo de investimento do governo para com as políticas econômicas e sociais. A aplicação de recursos nesta área traria melhorias na vida da sociedade, tornando-a mais econômica e sustentável, por meio de seus benefícios individuais: o emprego racional da renda, a redução de dívidas e a ampliação dos investimentos (BUDINER METTE, 2015).

De mesmo modo, a promoção da educação financeira também é um instrumento hábil para o desenvolvimento econômico, tendo em vista que, por conta de sua profunda relação com os problemas de endividamento e inadimplência das pessoas e com a capacidade de investimento dos países, as decisões financeiras individuais repercutem na economia de um modo geral (BCB, 2013).

Considerando a importância do tema, a OCDE (2005) recomenda a implementação dos programas de educação financeira, com base em princípios e recomendações para a boa prática da educação financeira, apresentados a seguir no Quadro 1:

Quadro 1 – Princípios e recomendações da OCDE

(Continua)

1) A Educação Financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2) Os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e de economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.

Quadro 1 – Princípios e recomendações da OCDE

(Conclusão)

3) O processo de Educação Financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4) O envolvimento das instituições financeiras no processo de Educação Financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente, nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5) A Educação Financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados, e a complexidade crescente das informações que os caracterizam.
6) Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais que estimulem a compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem o autodesenvolvimento financeiro, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões financeiras. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7) A Educação Financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo, o quanto antes.
8) As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas informações disponibilizadas, em específico, quando for relacionado aos compromissos de longo prazo, ou aos serviços financeiros cujas consequências financeiras são de grande magnitude.
9) Os programas de Educação Financeira devem focar particularmente aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e aposentadoria, o endividamento, e a contratação de seguros.
10) Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Fonte: Saito, Savoia e Petroni (2006).

Como visto anteriormente, preconiza-se no âmbito da educação financeira que os consumidores sejam capazes de gerir os próprios recursos. Neste sentido, tem-se o planejamento financeiro como um instrumento apto para este fim.

O planejamento financeiro pessoal é o ato de controlar as movimentações financeiras das receitas e despesas de acordo com as necessidades, sendo um instrumento importante para identificar onde os problemas estão localizados, corrigi-los e, conseqüentemente, possibilitar uma vida financeira saudável (ARAÚJO; ASSIS; SANTOS, 2018).

Sartori, Coronel e Vieira (2016) explicam que o planejamento financeiro não é meramente um controle de despesas, mas, além disso, é um instrumento que também viabiliza a definição e o acompanhamento das metas, dos investimentos e dos resultados alcançados, tendo de ser desenvolvido para o curto, médio e longo prazo.

Ademais, um planejamento financeiro deve ser eficaz, para que assim se possibilite a identificação das oportunidades de investimentos, a constatação do nível de endividamento admissível e a mensuração dos lucros obtidos (GAMA; CORREIA, 2013).

O estudo de Iorio, Assis e Chiroto (2017) demonstrou que 68% dos entrevistados realizavam planejamento financeiro. Quando questionados sobre quais os benefícios que a realização de um planejamento financeiro pessoal retornaria, destaca-se: a tranquilidade financeira (28%), a qualidade de vida (20%), o controle das suas contas (18%) e a realização dos sonhos (15%). Essa mesma pesquisa ainda mostra que 32% dos respondentes afirmam não realizar um planejamento financeiro e 10% realizam o controle apenas dos gastos principais.

Deste modo, como visto anteriormente, não realizar um planejamento financeiro ou realizá-lo inadequadamente pode causar prejuízos para a vida financeira dos consumidores. A seguir, tem-se uma explicação quanto à relação entre o consumo, o endividamento e a inadimplência.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE CONSUMO, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA

Destaca-se que o conceito de consumo foi inicialmente apresentado à sociedade de modo natural e simples. Com o passar dos tempos, o consumo acabou deixando de ter apenas como enfoque a satisfação das necessidades básicas, para satisfazer uma estrutura de *status* social, sendo um fenômeno social complexo, no qual, as pessoas consomem bens ou serviços por razões que ultrapassam o seu valor básico (FIRAT *et al.*, 2013).

Ademais, a pesquisa realizada por Messias *et al.* (2015) aponta que o *marketing* e o consumo estão intimamente relacionados, haja vista que o primeiro tem a missão de incentivar o consumo, ou seja, busca incentivar que os consumidores adquiram os bens ou serviços produzidos e oferecidos pelas empresas que os contratam.

Com esse impulsionamento ocasionado pelo *marketing*, chega-se a uma distinção entre dois tipos de consumo: no consumo racional, os indivíduos priorizam as despesas essenciais à rotina pessoal e familiar (alimentação, educação, saúde, etc.), enquanto que, no consumo irracional tem-se uma predisposição ao consumo desordenado e inexistente um planejamento das compras a serem feitas, fator este que contribui significativamente para o aumento do endividamento das famílias (SANTOS, 2014).

Frente a este consumo exacerbado, torna-se expressiva a quantidade de pessoas que assumem dívidas, havendo o comprometimento de parcela significativa das receitas e, possivelmente, incorrendo na inadimplência (SANTOS, 2014).

2.2.1 As dívidas mais comuns entre os consumidores brasileiros

O acesso ao crédito aos consumidores brasileiros vem há alguns anos sendo facilitado, sendo inclusive, pauta para diversas pesquisas científicas (LOPES, 2012; MARQUES, 2012; BORTOLUZZI *et al.*, 2015; FERREIRA *et al.*, 2015; ESTRELA, 2019). A partir de uma análise divulgada pela CNC (2021) tem-se que as dívidas mais comuns dos brasileiros nos últimos anos figuram entre: cartão de crédito, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e o crédito pessoal.

Quanto ao cartão de crédito, Kunkel, Vieira e Potrich (2015) explicam que todas as compras pagas com o cartão de crédito geram dívidas para o usuário, no entanto, aqueles que pagam as faturas mensais dentro do prazo de vencimento não são considerados endividados, tendo em vista que, nestas condições, não há a incidência de juros.

Em contraponto, as autoras expõem que aqueles consumidores que detêm um saldo devedor sobre o qual há a incidência de juros passam a ser considerados como endividados com o cartão de crédito, sendo a dívida compreendida como o saldo devedor remanescente após o pagamento da fatura mensal. A depender do grau da dívida, tem-se um comprometimento significativo da renda, tornando o consumidor incapaz de cumprir com os compromissos financeiros (KUNKEL; VIEIRA; POTRICH, 2015).

Por sua vez, os carnês consistem em uma forma de financiamento de bens e serviços que vem perdendo força frente à utilização do cartão de crédito. Com este meio de pagamento, o consumidor sabe exatamente qual o valor de cada parcela e suas respectivas datas de vencimento (REIS, 2018a).

Ao comprar com o carnê, o consumidor pode dividir em mais vezes do que com o cartão de crédito, no entanto, sabe-se que os juros envolvidos nessa operação serão significativamente maiores, o que pode tornar a opção de guardar o dinheiro para uma compra à vista no futuro mais vantajosa (REIS, 2018a).

Para os financiamentos em geral, Filgueiras (2021) apresenta alguns alertas aos consumidores que podem influenciar na opção por este meio de pagamento.

Destaca-se que as taxas de juros variam tanto de banco para banco, como de cliente para cliente, ou seja, é importante que o consumidor pesquise dentre as instituições financeiras qual irá lhe oferecer as melhores condições especificamente.

Outro fator importante é a análise do custo efetivo total, que representa o valor total que o consumidor pagará pelo financiamento, incluindo além das taxas, demais custos operacionais, como por exemplo: tarifas e seguros obrigatórios. Salienta-se que o consumidor poderá levar sua dívida de um banco para outro, desde que o segundo tenha melhores condições (FILGUEIRAS, 2021).

Por fim, o crédito pessoal (também chamado de empréstimo pessoal) consiste em uma linha de crédito, geralmente, pré-aprovada aos correntistas das instituições bancárias. Com fácil contratação, é uma das modalidades de crédito mais populares entre os brasileiros (REIS, 2018b).

Para manter uma boa gestão financeira, esta linha de crédito é recomendada apenas resolução de situações emergenciais, das quais, o cliente não dispõe de recursos próprios suficientes, tendo em vista que, como em qualquer outra operação de crédito, o cliente terá de pagar juros (REIS, 2018b).

2.2.2 Principais fatores para a inadimplência

Um estudo realizado pela Serasa Experian (2018) aponta que as causas da inadimplência figuram em um âmbito cíclico, no qual, as consequências são sentidas por todos os entes da cadeia de consumo. Deste modo, faz-se necessário conhecer os principais fatores que levam à inadimplência.

Primeiramente, destaca-se que o aumento do desemprego, por vezes decorrente das dificuldades financeiras das empresas, retrai ainda mais o consumo e intensifica este processo. Sendo uma situação que não está sob o controle do consumidor, não há como manter as contas pagas em dia sem que haja um fluxo de receitas (SERASA EXPERIAN, 2018).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o desemprego no Brasil atingiu a marca de 14,7% no primeiro trimestre de 2021. Outrossim, ao analisar esse mesmo percentual por região, constata-se que a maior taxa é encontrada na Região Nordeste com 18,6%, enquanto que a Região Sul apresenta a situação mais amena com a taxa em 8,5%.

A Serasa Experian (2018) atribui a diminuição da renda média familiar como o segundo fator que mais leva a inadimplência, isso porque, as pessoas aceitam salários menores para que seja possível a reinserção no mercado de trabalho.

Contudo, as contas permanecem as mesmas e nesse momento, o consumidor tem de priorizar certos pagamentos e postergar outros. É neste momento em que as contas passam a ficar acumuladas, e, por vezes, os consumidores perdem o controle completo do gerenciamento de suas finanças (SERASA EXPERIAN, 2018).

Outrossim, a ausência de educação financeira também é destaque na lista dos fatores que levam à inadimplência, conforme a Serasa Experian (2018). De acordo com esse mesmo levantamento é notório que os brasileiros não investem por desconhecimento do mercado e, por conseguinte, sem a constituição de uma reserva financeira, os consumidores estão sempre expostos à inadimplência.

2.3 PESQUISA DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR (PEIC)

A CNC foi criada no ano de 1945 para figurar como a entidade superior do empresariado comercial brasileiro. Atualmente, esta entidade representa cerca de 5 milhões de empresas comerciais dos setores de bens, serviços e turismo, as quais, geram cerca de 25,5 milhões de empregos diretos (CNC, 2021).

A PEIC é realizada mensalmente, pela CNC, desde o mês de janeiro de 2010, com a participação de, aproximadamente, 18 mil respondentes distribuídos em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal (CNC, 2021).

Os realizadores consideram que a principal função da pesquisa é a possibilidade de acompanhar o quanto os consumidores estão comprometidos com dívidas e suas percepções quanto à própria capacidade de pagamento, bem como destacam a possibilidade de idealizar o perfil do endividamento no Brasil (CNC, 2021).

Sua realização contribui para que as empresas comerciais conheçam o cenário do endividamento no Brasil, assim como, avaliem a capacidade de consumo futuro da população (CNC, 2021).

Por meio da referida pesquisa é possível acompanhar, mensalmente, os seguintes indicadores:

Quadro 2 – Principais indicadores presentes na PEIC

Indicador	Descrição
Percentual de famílias endividadas	Percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros.
Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso	Percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso.
Percentual que não terá condições de pagar dívidas	Percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas em atraso no próximo mês e, portanto, permanecerão inadimplentes.
Nível de endividamento	Entre muito, mais ou menos ou pouco endividados.
Tempo de atraso de pagamento	Entre até 30 dias, de 30 a 90 dias e mais que 90 dias.
Tempo de comprometimento com dívidas	Entre até três meses, de três a seis meses, de seis meses a um ano e maior que um ano.

Fonte: Elaborado a partir de CNC (2021).

Mediante o exposto, acompanhar a evolução do endividamento e da inadimplência dos consumidores brasileiros contribui para a análise dos níveis de educação financeira exercidos, promove o debate acerca do acesso ao crédito, assim como, tem-se um instrumento no planejamento das ações a serem desenvolvidas quanto às finanças pessoais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seção dos procedimentos metodológicos empregados neste estudo está estruturada em cinco partes: classificação da pesquisa, a população e amostra, os procedimentos de coleta de dados e os métodos de análise dos dados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é caracterizada como descritiva, a qual, de acordo Gil (2018), busca descrever os aspectos da população ou do fenômeno escolhido, bem como, possibilita estabelecer relações entre as variáveis estudadas. Neste sentido, a pesquisa buscará descrever as semelhanças presentes nas condições de endividamento e inadimplência dos consumidores brasileiros.

Com relação à natureza, este estudo enquadra-se como documental, haja vista o objetivo de organizar as informações presentes em documentos diversos para transformá-los em uma nova fonte de consulta. Além disso, os documentos a serem utilizados (relatórios da pesquisa e tabelas estatísticas da PEIC) são considerados de fontes secundárias, pois já receberam algum tipo de análise anteriormente (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Por fim, sua abordagem será quantitativa, com base na proposta por Martins e Theóphilo (2016), para a organização, sumarização, caracterização, interpretação dos dados numéricos coletados e submissão a testes estatísticos dos indicadores de endividamento e inadimplência do consumidor na referida série histórica.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O universo do estudo compreende a todos os meses listados na PEIC a partir do primeiro mês em que a pesquisa foi realizada. Para a composição da amostra são utilizados os dados do período entre janeiro de 2010 e outubro de 2021, representando um total de 142 meses para análise. Tendo em vista que os dados já se encontram disponíveis e com a utilização de um *software* para a análise das observações, há a possibilidade do estudo deste volume de dados.

3.3. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

3.3.1 O instrumento de pesquisa

Foram utilizados dados mensais da PEIC acerca dos indicadores de endividamento e inadimplência dos consumidores, divulgados no sítio eletrônico da CNC, entidade que é representante dos comerciários brasileiros e que é responsável pela realização de diversas pesquisas de interesse deste setor.

3.3.2 Variáveis e indicadores

Para traçar o perfil do endividamento dos consumidores foram utilizados os dados médios anuais do nível de endividamento, o tempo de comprometimento com as dívidas e a parcela da renda comprometida com as dívidas. Enquanto que para o perfil da inadimplência foram considerados os índices de famílias com contas em atraso, o tempo médio de pagamento em atraso e o percentual de famílias que afirmam não ter como pagar as contas.

Para a comparação do endividamento e inadimplência entre as famílias com renda menor e maior que dez salários-mínimos foram utilizados estes mesmos indicadores citados anteriormente, mas a partir dos respectivos dados das diferentes faixas de renda. A adoção destes níveis de renda se justifica pois a própria PEIC fornece os dados deste modo, sendo: os índices gerais, os índices para famílias com renda menor que 10 salários-mínimos e, os índices para famílias com renda maior que 10 salários-mínimos.

Para a verificação da influência dos tipos de dívidas no endividamento foram considerados o nível de endividamento e os diferentes tipos de dívidas apresentados na pesquisa: cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro e financiamento de casa.

A Tabela 1 apresenta as variáveis que foram analisadas nesta pesquisa:

Tabela 1 – Descrição das variáveis

(Continua)

Variável	Descrição
NGE	Nível geral de endividamento (em %)
TCD	Tempo de comprometimento com dívidas (em meses)

Tabela 1 – Descrição das variáveis

(Conclusão)

Variável	Descrição
PRCD	Parcela da renda comprometida com dívidas (em %)
FCA	Famílias com contas em atraso (em %)
TMPA	Tempo médio de pagamento em atraso (em dias)
FNP	Famílias que afirmam não ter como pagar as contas (em %)
CCRED	Dívidas com cartão de crédito (em %)
CESP	Dívidas com cheque especial (em %)
CPDAT	Dívidas com cheque pré-datado (em %)
CCONSIG	Dívidas com crédito consignado (em %)
CPES	Dívidas com crédito pessoal (em %)
CCAR	Dívidas com carnês (em %)
FCARRO	Dívidas com financiamentos para aquisição de carros (em %)
FCASA	Dívidas com financiamentos para aquisição de casas (em %)

Fonte: Elaboração própria (2021).

3.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para traçar o perfil do endividamento e inadimplência, bem como, para comparar o referido perfil entre as famílias de diferentes faixas de renda foi utilizada a estatística descritiva na análise dos dados.

Com o intuito de verificar a influência dos tipos de dívida no nível de endividamento, foi realizada uma análise de regressão *tobit* para verificar a influência dos tipos de dívidas (variáveis independentes) no nível geral de endividamento das famílias (variável dependente).

Neste sentido, a equação (1) representa o modelo proposto:

$$Y_{EIC} = \beta_0 + \beta_1 CCréd + \beta_2 CEsp + \beta_3 CPDat + \beta_4 CConsig + \beta_5 CPes + \beta_6 CCar + \beta_7 FCarro + \beta_8 FCasa + \varepsilon \quad (1)$$

Sendo:

CCréd = percentual de dívida com o uso do cartão de crédito.

CEsp = percentual de dívida com o uso do cheque especial.

CPDat = percentual de dívida com o uso do cheque pré-datado.

CConsig = percentual de dívida com o uso do crédito consignado.

CPes = percentual de dívida com o uso do crédito pessoal.

CCar = percentual de dívida com o uso de carnês.

FCarro = percentual de dívida com o uso do financiamento para aquisição de carros.

FCasa = percentual de dívida com o uso do financiamento para aquisição de casa

Optou-se pelo modelo de regressão *tobit*, haja vista que sua utilização é recomendada para os casos em que a variável dependente é truncada, ou seja, apresenta valores censurados de alguma forma, neste caso específico entre 0 e 1, já que os dados são apresentados em percentuais.

Os dados coletados foram tabulados no *Microsoft Excel* e processados por meio do *Software Gretl* para viabilizar as análises quantitativas desejadas. O *Gretl* é um *software* que possibilita a compilação e interpretação de dados econométricos, possuindo uma *interface* simples e intuitiva e que está disponível em diversas línguas, o que favorece o seu uso por até mesmo aqueles que não possuem familiaridade com esta área (ANDRADE, 2013).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção foi composta pela descrição e análise dos resultados obtidos no estudo. Primeiramente, foi realizada a análise por meio da estatística descritiva dos dados para a identificação do perfil geral de endividamento e inadimplência, e, em seguida, para identificar e comparar o endividamento e a inadimplência entre famílias que possuem renda menor e maior que dez salários-mínimos. Por fim, a seção contém a apresentação dos resultados referentes a influência dos tipos de dívidas no nível geral de endividamento das famílias.

4.1 PERFIL GERAL DO ENDIVIDAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

A partir da Tabela 2, percebe-se que a média do nível geral do endividamento é de 62,09%, o tempo médio de comprometimento com as dívidas em torno de 7 meses e que 29,97% da renda das famílias está comprometida com dívidas. Nota-se ainda, que as dispersões em torno das médias das variáveis são baixas.

Tabela 2 – Perfil geral do endividamento nas famílias brasileiras

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
NGE	0,6209	0,0340	0,5405	0,7462
TCD	6,9155	0,2327	6,3282	7,4033
PRCD	0,2997	0,0062	0,2855	0,3187

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021). Obs.: NGE (nível geral de endividamento); TCD (tempo de comprometimento com a dívida); e PRCD (parcela da renda comprometida com a dívida).

Na Tabela 3 tem-se a identificação do perfil geral da inadimplência nas famílias brasileiras. Observa-se que a média de famílias com contas em atraso é de 23,21%, com um tempo médio de pagamento em atraso de aproximadamente 62 dias e que, em média, 8,7% afirmam que não terão como pagar suas contas. Destaca-se a dispersão de 2,05 na variável de tempo médio de pagamento de contas em atraso, com valores mínimo e máximo aproximados de 57 e 66 dias, respectivamente.

Tabela 3 – Perfil geral da inadimplência nas famílias brasileiras

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
FCA	0,2321	0,0225	0,1748	0,2914

(continua)

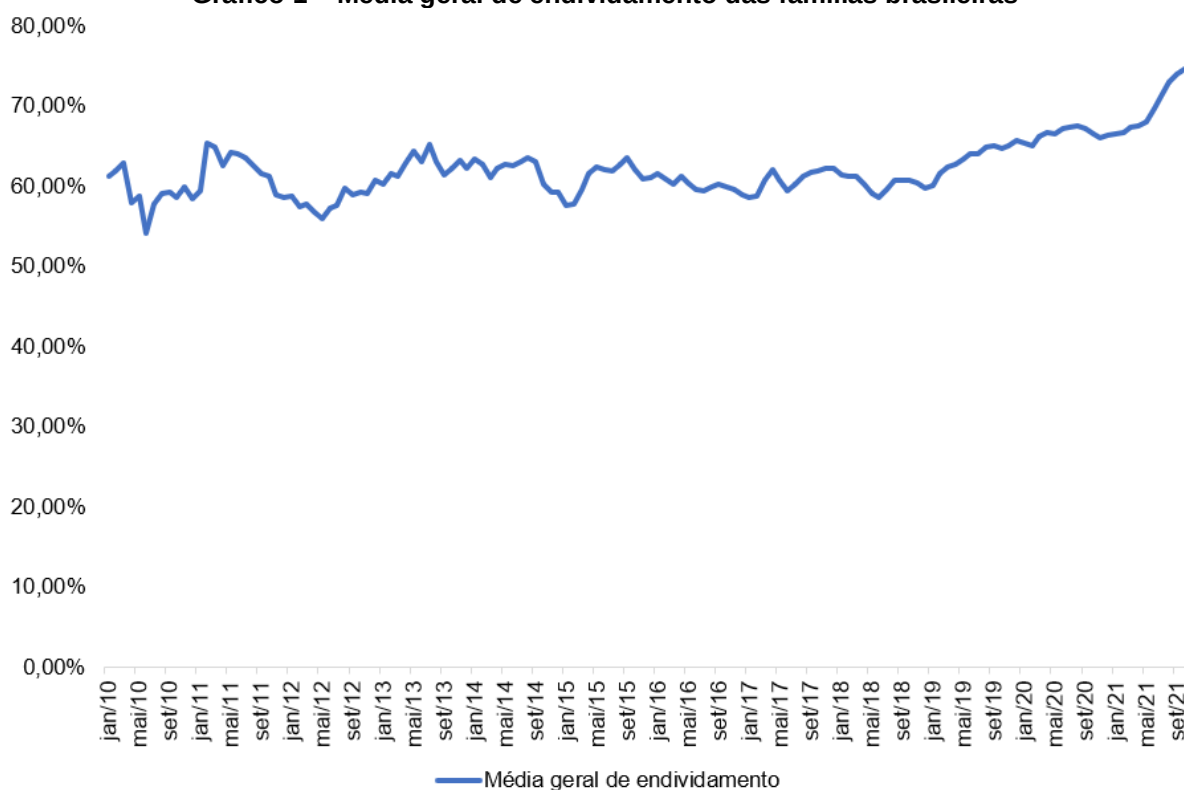
Tabela 3 – Perfil geral da inadimplência nas famílias brasileiras

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
TMPA	61,6925	2,0531	57,4954	65,6571
FNP	0,0874	0,0156	0,0541	0,1208

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021). Obs.: FCA (famílias com contas em atraso); TMPA (tempo médio de pagamento em atraso); e FNP (famílias que afirmam que não ter como pagar as contas).

O Gráfico 1 apresenta a evolução das médias gerais de endividamento e inadimplência das famílias brasileiras no período analisado. Destaca-se que os dez menores índices de endividamento foram registrados entre junho de 2010 e fevereiro de 2015, no entanto, os dez maiores índices estão concentrados nos anos de 2020 e 2021.

Este último ano é o mais crítico, tendo em vista que, desde março o índice vem atingindo um novo patamar a cada mês, até atingir a marca de 74,62% das famílias no mês de outubro de 2021, o nível mais alto registrado durante toda a pesquisa.

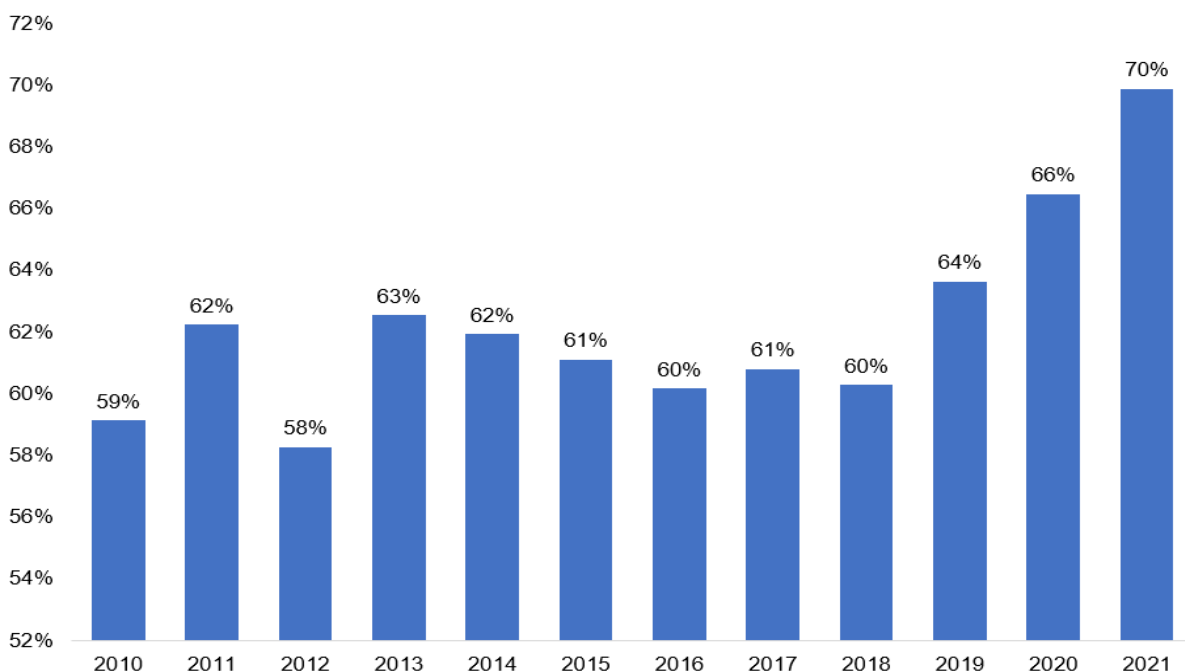
Gráfico 1 – Média geral de endividamento das famílias brasileiras

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021).

Consolidado os dados anualmente, percebe-se ainda mais nitidamente o crescimento da média anual de endividamento. Comparando os anos de 2010 e 2021 encontra-se um aumento na média de 18,64%. De modo mais acentuado, destaca-se a evolução a partir do ano de 2019, ao qual se comparado com o ano de 2021 (parcialmente, haja vista que deste último ano foram coletados os dados até o mês de outubro) resulta em uma média 9,80% superior.

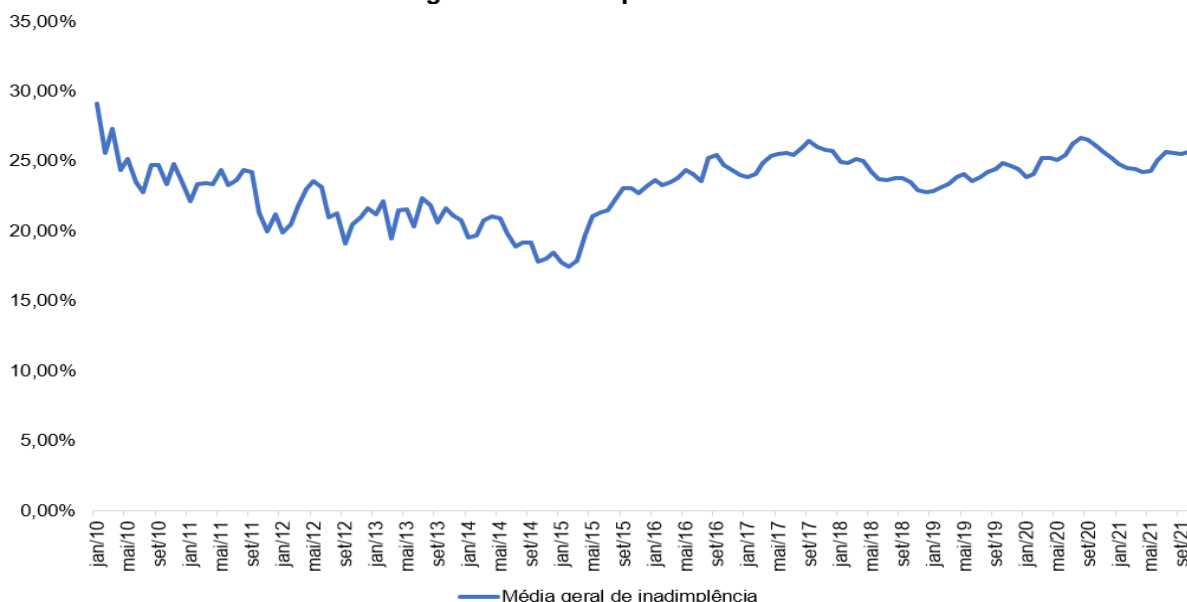
Também é possível salientar que nos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018 há a redução das médias de endividamento se comparadas com os anos imediatamente anteriores. Politicamente, esses anos possuem a similaridade por serem anos eleitorais e, como sugerido por Veras (2018), os momentos eleitorais exercem influência sob a economia, contudo esta relação precisaria ser melhor aprofundada em um estudo futuro.

Gráfico 2 – Médias anuais de endividamento das famílias brasileiras



Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021).

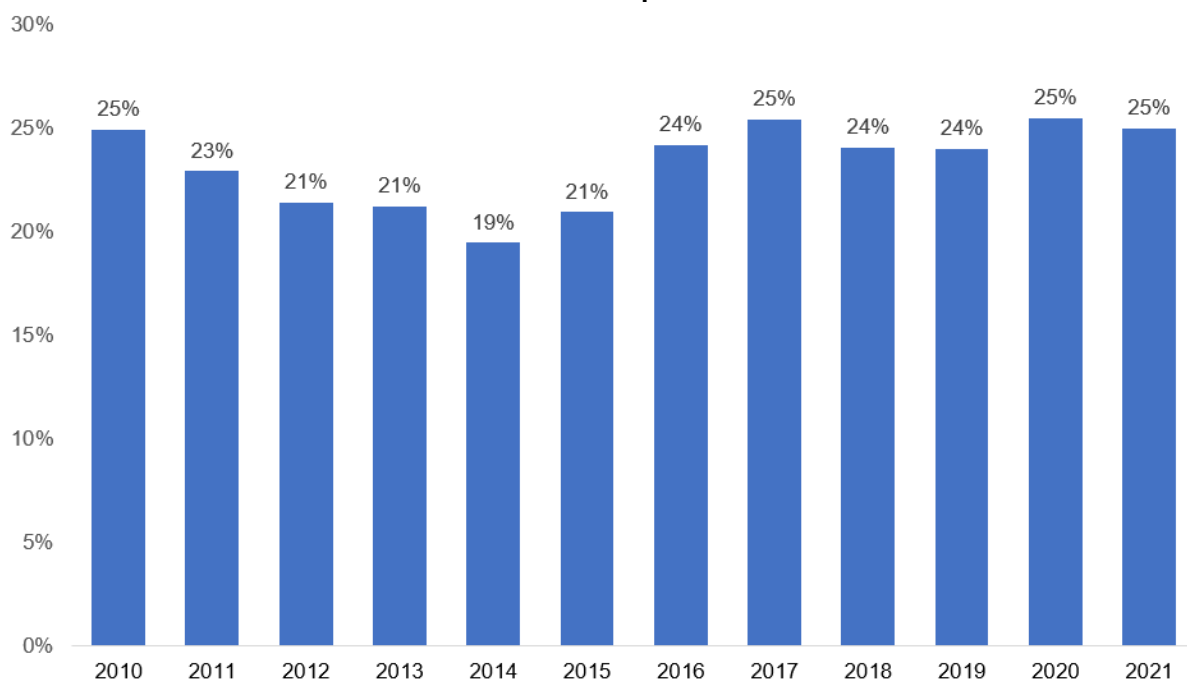
Ao contrário do que aconteceu com o endividamento, foi no início da pesquisa que a inadimplência marcou seu máximo, sendo identificado que em janeiro de 2010 29,14% das famílias possuíam contas em atraso. Apesar das variações ao longo da série histórica, no último mês pesquisado (outubro de 2021) o índice caiu para 25,65%, ou seja, um decréscimo de 11,98% no nível de inadimplência, se comparado com o início da pesquisa.

Gráfico 3 – Média geral de inadimplência das famílias brasileiras

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021).

Entre os períodos de 2010 e 2014 é possível visualizar uma tendência de queda na inadimplência, no entanto, a partir de 2015 a tendência passou a ser de aumento. Neste mesmo período, a economia brasileira enfrentou diversas dificuldades. Conforme a análise realizada por Balassiano (2020), o período entre 2014 e 2020 foram trágicos do ponto de vista econômico, motivados primeiramente por uma forte recessão, uma recuperação vagarosa e a chegada da pandemia do novo coronavírus.

O Gráfico 4 apresenta as médias anuais de inadimplência e, como pode ser observado a seguir, estas se comportaram de modo diferente se comparadas com o endividamento, haja vista que, suas variações anuais foram mais suaves, oscilando apenas entre 19% e 25%.

Gráfico 4 – Médias anuais de inadimplência das famílias brasileiras

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021).

Ao construir uma janela de análise apenas dos anos de 2019, 2020 e 2021 (parcialmente, haja vista que deste último ano foram coletados os dados até o mês de outubro), evidencia-se o aumento do endividamento que corresponde a um acréscimo de 9,8% na média geral. Além disso, também houve aumento nas variáveis de tempo de comprometimento com dívidas e da parcela da renda comprometida, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4 – Médias de endividamento nas famílias brasileiras nos de 2019, 2020 e 2021

Variável	2019	2020	2021 (parcialmente)
Nível geral de endividamento	0,6364	0,6646	0,6987
Tempo de comprometimento com dívidas	6,9250	7,1505	7,0749
Parcela da renda comprometida com dívidas	0,2955	0,3003	0,3023

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021).

Realizando este mesmo procedimento para a inadimplência, a partir da Tabela 5 identificou-se um cenário mais ameno, sendo registrado de 2019 para 2020 um aumento de 6,22%, no entanto, com uma redução de 1,53% de 2020 para 2021. Contudo, de modo geral, ainda houve uma crescente de 4,6% entre os anos de 2019 e 2021 no nível de inadimplência.

Tabela 5 – Médias de inadimplência nas famílias brasileiras nos anos de 2019, 2020 e 2021

Variável	2019	2020	2021 (parcialmente)
Nível geral de inadimplência	0,2396	0,2545	0,2506
Tempo de pagamento em atraso	63,7548	62,4177	62,0675
Famílias sem condições de pagar as dívidas atrasadas	0,0961	0,1103	0,1068

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021).

A Tabela 6 apresenta a matriz de correlação de Pearson entre as variáveis de endividamento e inadimplência. Com base nessa análise, é possível verificar que a variável FNP (que representa o percentual de famílias que afirmam não ter como pagar as contas) reúne as maiores correlações com as demais variáveis, sendo mais alta com a variável de famílias com contas atrasadas e tempo médio de pagamento em atraso.

Destaca-se ainda a relação inversa apresentada entre as variáveis FCA (percentual de famílias com contas em atraso) e PRCD (parcela da renda comprometida com dívidas).

Tabela 6 – Matriz de correlação entre as variáveis de endividamento e inadimplência

Variável	NGE	TCD	PRCD	FCA	TMPA	FNP
NGE	1,0000					
TCD	0,4339	1,0000				
PRCD	0,0603	0,3081	1,0000			
FCA	0,3524	0,3204	-0,0170	1,0000		
TMPA	0,0298	0,4124	0,0095	0,4446	1,0000	
FNP	0,4550	0,5364	0,0065	0,8777	0,6370	1,0000

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021). Nível de significância de 5%.

Obs.: NGE (nível geral de endividamento); TCD (tempo de comprometimento com a dívida); e PRCD (parcela da renda comprometida com a dívida); FCA (famílias com contas em atraso); TMPA (tempo médio de pagamento em atraso); e FNP (famílias que afirmam que não ter como pagar as contas).

Assim como identificado por Moraes, Sepulveda e Roquete (2021), os resultados obtidos neste estudo também evidenciaram a vulnerabilidade financeira das famílias, destacando-se a necessidade de um contínuo trabalho de propagação dos conhecimentos referentes à educação financeira para possibilitar que a população adquira bons hábitos financeiros para manter o controle de seu orçamento.

4.2 COMPARAÇÃO DO PERFIL DO ENDIVIDAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS COM DIFERENTES RENDAS

Por meio da estatística descritiva, buscou-se identificar as semelhanças e diferenças existentes entre o endividamento e a inadimplência em famílias brasileiras de diferentes níveis de renda.

4.2.1 Comparação do perfil do endividamento nas famílias brasileiras com diferentes níveis de renda

A partir da Tabela 7, identifica-se que em famílias com renda menor que 10 salários-mínimos, o nível geral de endividamento é de 63,51%, com tempo médio de comprometimento com dívidas de aproximadamente 7 meses e 30,36% da renda comprometida com dívidas.

Tabela 7 – Perfil do endividamento nas famílias brasileiras com renda menor que 10 salários-mínimos

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
NGE	0,6351	0,0336	0,5526	0,7591
TCD	6,8055	0,2361	6,2551	7,3201
PRCD	0,3036	0,0065	0,2872	0,3225

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021). Obs.: NGE (nível geral de endividamento); TCD (tempo de comprometimento com a dívida); e PRCD (parcela da renda comprometida com a dívida).

Enquanto que a Tabela 8 apresenta o perfil do endividamento das famílias com renda maior que 10 salários-mínimos. Neste caso, a média de endividamento é de 54,82%, com aproximadamente 7 meses de comprometimento com dívidas e 28,12% da renda comprometida com dívidas.

Tabela 8 – Perfil do endividamento nas famílias brasileiras com renda maior que 10 salários-mínimos

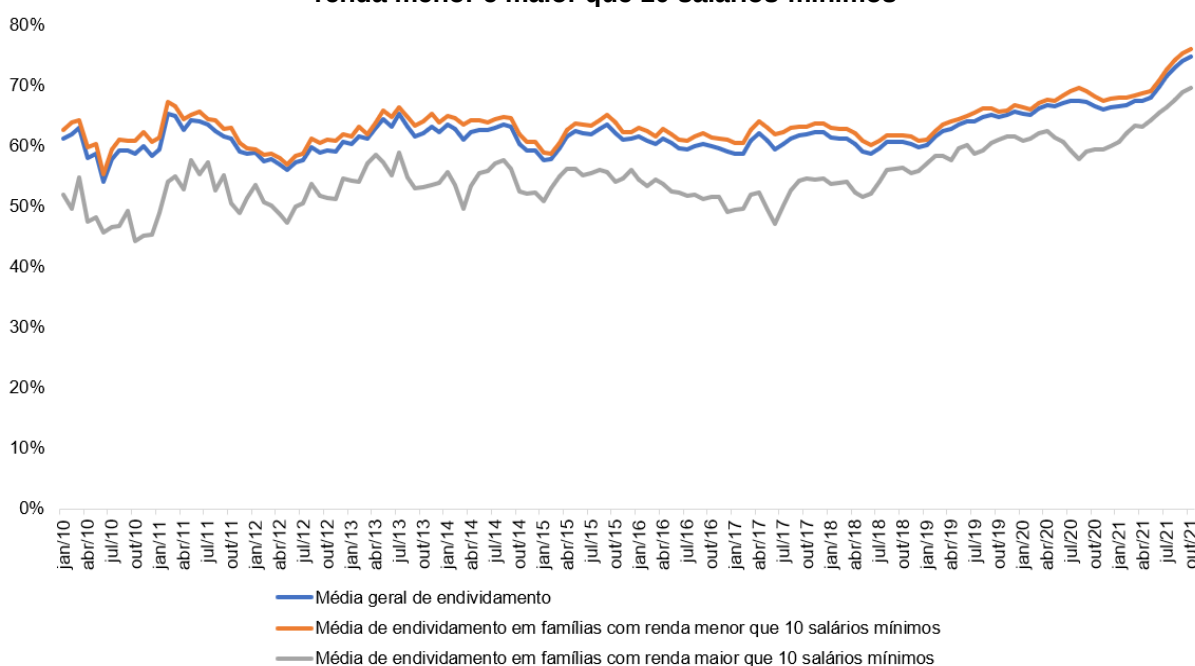
Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
NGE	0,5482	0,0481	0,4419	0,6953
TCD	7,4444	0,3426	6,5439	8,1250
PRCD	0,2812	0,0092	0,2628	0,3195

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021). Obs.: NGE (nível geral de endividamento); TCD (tempo de comprometimento com a dívida); e PRCD (parcela da renda comprometida com a dívida).

Ao comparar estas duas tabelas, verifica-se que o nível de endividamento e a parcela de renda comprometida com dívidas é maior em famílias com menor renda, enquanto que as famílias com maior renda possuem um tempo de comprometimento com dívidas maior do que as famílias com menor renda.

Já por meio do Gráfico 5 é possível visualizar a proximidade existente entre as médias de endividamento geral e a média de endividamento em famílias com renda menor que 10 salários-mínimos ao longo de toda a série histórica analisada, além da similaridade dos movimentos destas curvas ao longo do tempo. Além disso, também fica perceptível como o endividamento das famílias com maior nível de renda está se aproximando da curva de endividamento geral nos últimos meses.

Gráfico 5 – Comparação da média de endividamento geral e o endividamento em famílias com renda menor e maior que 10 salários-mínimos



Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021).

4.2.2 Comparação do perfil da inadimplência nas famílias brasileiras com diferentes níveis de renda

A Tabela 9 mostra que a inadimplência nas famílias com renda menor que 10 salários-mínimos é de 25,76%, com aproximadamente 63 dias para pagamento de contas em atraso e 10,05% sem condições de pagar suas contas.

Tabela 9 – Perfil da inadimplência nas famílias brasileiras com renda menor que 10 salários-mínimos

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
FCA	0,2576	0,0261	0,1942	0,3048
TMPA	62,5559	2,1266	57,8645	66,5183
FNP	0,1005	0,0187	0,0614	0,1387

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021). Obs.: FCA (famílias com contas em atraso); TMPA (tempo médio de pagamento em atraso); e FNP (famílias que afirmam que não ter como pagar as contas).

Para famílias com renda maior que 10 salários-mínimos, a Tabela 8 mostra que a inadimplência tem média de 11,44%, com 57 dias de tempo médio de pagamento de contas em atraso e apenas 3,30% afirmaram não ter como pagar as contas atrasadas.

Tabela 10 – Perfil da inadimplência nas famílias brasileiras com renda maior que 10 salários-mínimos

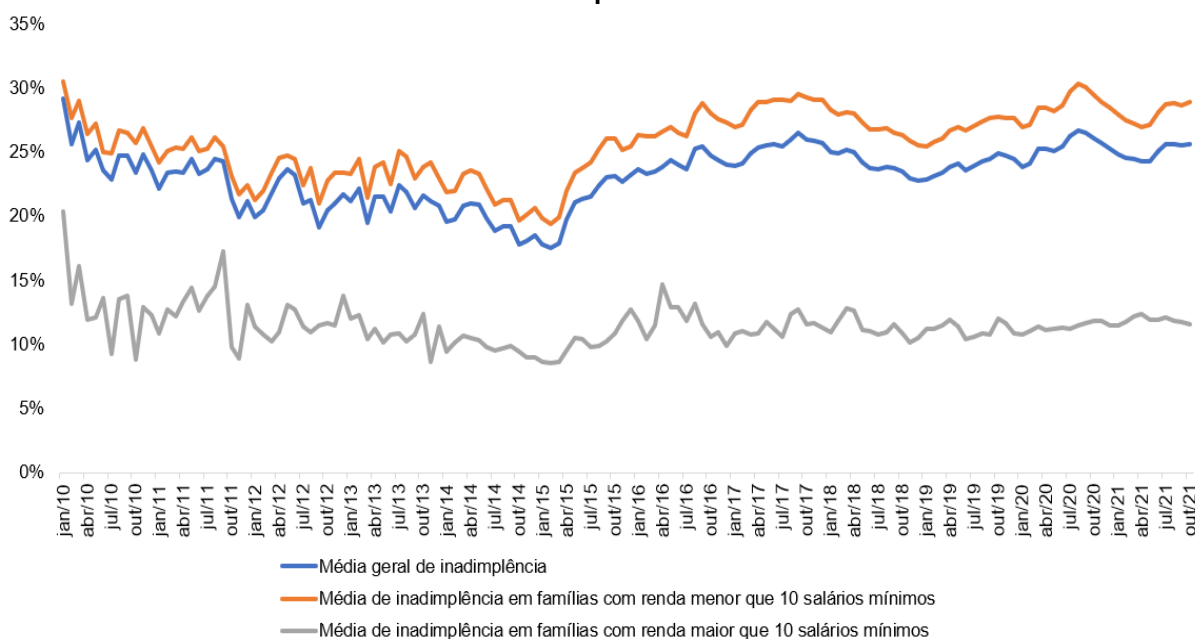
	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
FCA	0,1144	0,0158	0,0856	0,2035
TMPA	56,5815	3,1387	48,7761	63,8103
FNP	0,0330	0,0078	0,0000	0,0528

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021). Obs.: FCA (famílias com contas em atraso); TMPA (tempo médio de pagamento em atraso); e FNP (famílias que afirmam que não ter como pagar as contas).

Destaca-se que as maiores dispersões foram registradas na variável de tempo médio de pagamento de contas em atraso, tanto no perfil geral de inadimplência como nos perfis considerando os diferentes níveis de renda. Além disso, ao contrário do identificado no perfil do endividamento, as famílias com renda maior que 10 salários-mínimos apresentaram melhores resultados em todas as variáveis analisadas quanto à inadimplência.

Ainda neste sentido, é possível verificar, por meio do Gráfico 6, um maior distanciamento entre a curva da inadimplência registrada nas famílias com renda maior que 10 salários-mínimos e as demais, enquanto que as curvas de inadimplência geral e a de inadimplência nas famílias com menor renda estão novamente próximas e com movimentos similares.

Gráfico 6 – Comparação da média de inadimplência geral e a inadimplência em famílias com renda menor e maior que 10 salários-mínimos



Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021).

A partir destes resultados evidenciados, mostrou-se que as variações no endividamento geral e nas famílias com diferentes níveis de renda ocorrem de modo semelhante. No entanto, a inadimplência geral e a de famílias com menor renda mostraram-se mais elevadas do que a inadimplência das famílias com renda maior que 10 salários-mínimos.

A forte similaridade encontrada entre os dados gerais e os com famílias com renda menor que 10 salários-mínimos pode ser justificada por conta da alta quantidade de domicílios nestas condições. O último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010 identificou que cerca de 92% dos lares brasileiros possuíam essa faixa de renda (IBGE, 2010). O censo demográfico possui periodicidade decenal, e deveria ter sido realizado novamente em 2020, porém, por conta da pandemia da covid-19, a atualização destes dados teve de ser adiada e está prevista apenas para 2022.

4.3 INFLUÊNCIA DOS TIPOS DE DÍVIDAS NO ENDIVIDAMENTO

Inicialmente, para a verificação da influência dos tipos de dívidas nos níveis de endividamento, levantou-se alguns dados descritivos das variáveis. Na Tabela 11 destaca-se a discrepância existente entre a média do cartão de crédito (76,02%) e as

demais, tendo uma diferença de mais de cinquenta pontos percentuais para as próximas posições ocupadas pelas dívidas com carnês e financiamentos de carros, com apenas 17,97% e 11,28%, respectivamente.

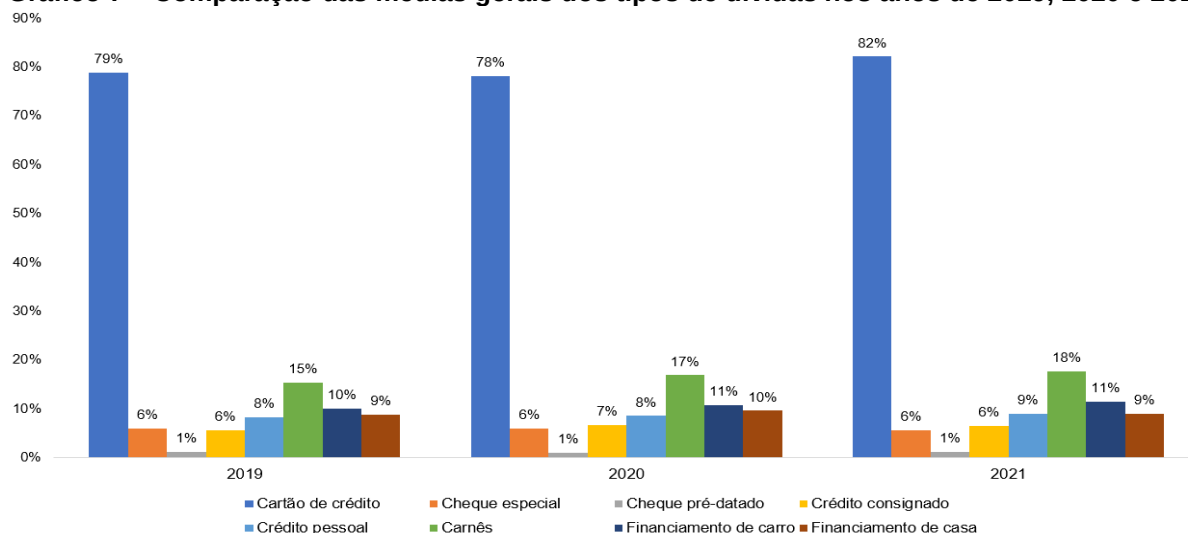
Tabela 11 – Estatística descritiva das variáveis gerais dos tipos de dívidas

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Cartão de crédito	0,7602	0,0301	0,6766	0,8490
Cheque especial	0,0638	0,0096	0,0458	0,0954
Cheque pré-datado	0,0191	0,0096	0,0050	0,0501
Crédito consignado	0,0511	0,0101	0,0264	0,0832
Crédito pessoal	0,0984	0,0128	0,0736	0,1334
Carnês	0,1797	0,0319	0,1385	0,3039
Financiamento de carro	0,1128	0,0157	0,0851	0,1738
Financiamento de casa	0,0707	0,0221	0,0251	0,1029

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021).

O Gráfico 7 apresenta a comparação das médias dos tipos de dívidas nos últimos anos. Reforça-se a posição de liderança ocupada pelo cartão de crédito, que ocupou a primeira colocação isoladamente e a atual baixa utilização do “cheque pré-datado”, que registrou média de apenas 1% nestes períodos.

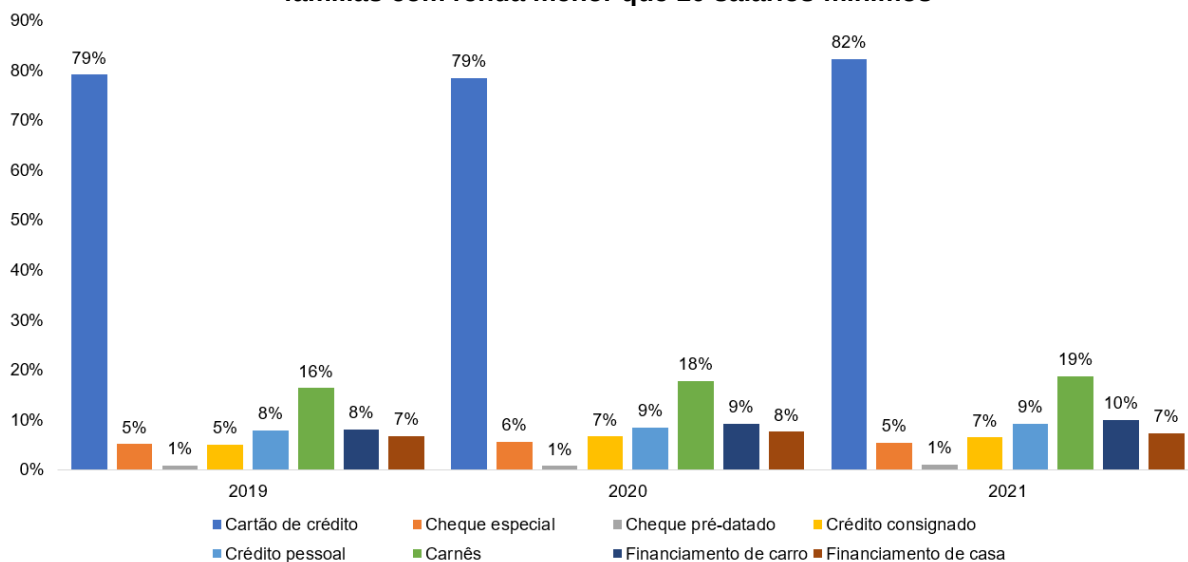
Gráfico 7 – Comparação das médias gerais dos tipos de dívidas nos anos de 2019, 2020 e 2021



Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021).

De modo semelhante é a representação gráfica dos tipos de dívidas em famílias com renda menor que 10 salários-mínimos. Diferencia-se pelo menor endividamento com financiamentos de carros e casas e maior endividamento com carnês.

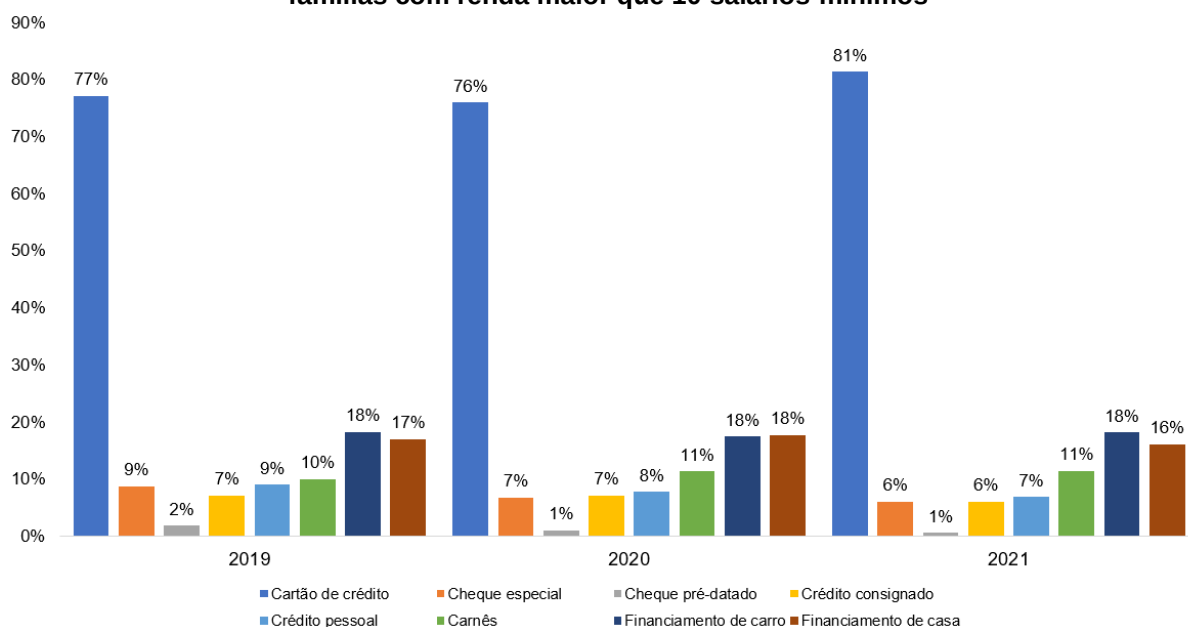
Gráfico 8 – Comparação das médias dos tipos de dívidas nos anos de 2019, 2020 e 2021 em famílias com renda menor que 10 salários-mínimos



Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021).

Após o cartão de crédito, o cheque especial e os financiamentos de carro e casa são as maiores dívidas assumidas por famílias com renda maior que 10 salários-mínimos, conforme mostra o Gráfico 9. As instituições financeiras costumam apresentar melhores condições de empréstimos e financiamentos para pessoas que apresentam melhores garantias de pagamento, situação mais fácil de ser comprovada por pessoas com melhor remuneração.

Gráfico 9 – Comparação das médias dos tipos de dívidas nos anos de 2019, 2020 e 2021 em famílias com renda maior que 10 salários-mínimos



Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021).

Utilizou-se o modelo de regressão *tobit* para verificar a influência dos variados tipos de dívidas nos índices de endividamento. Para isto, tem-se a regressão 01 em que foram utilizados os dados relacionados aos índices gerais de endividamento; a regressão 02 com os dados referentes às famílias com renda menor que 10 salários-mínimos; e a regressão 03 foi constituída com os índices respectivos das famílias com renda maior que 10 salários-mínimos.

Inicialmente, destaca-se que, foi possível identificar que o cartão de crédito, o crédito consignado e os carnês representaram os tipos de dívidas que mais exerceram influência positiva em todos os níveis de endividamentos das famílias, bem como, as variáveis cheque especial e crédito pessoal demonstraram possuir relação inversa com as variáveis de níveis de endividamento.

As regressões 01 e 02 resultaram em dados similares, sob os quais identificou-se que cerca de 60% das dívidas assumidas por estes grupos estão relacionadas com o cartão de crédito, além disso, também se destaca o elevado coeficiente da variável de crédito consignado.

A regressão 03 diferencia-se das demais, principalmente, pelo coeficiente positivo 0,2302 na variável de financiamento de casa, visto que nas demais se resultou em um coeficiente negativo. Neste caso, tem-se o indicativo de que a cada R\$ 100,00 de dívida, R\$ 23,02 está relacionada a aquisição do imóvel.

Tabela 12 – Verificação da influência dos tipos de dívidas nas médias de endividamento, pelo modelo de regressão *tobit*

Variáveis	Coeficientes		
	Regressão 01	Regressão 02	Regressão 03
Cartão de crédito	0,6476*** (0,0895)	0,6028*** (0,0968)	0,7937*** (0,0823)
Cheque especial	-0,5682*** (0,2177)	-0,0145 (0,2550)	-0,7652*** (0,1272)
Cheque pré-datado	-0,2030*** (0,4763)	-0,4249 (0,4797)	0,0075 (0,2714)
Crédito consignado	1,7298*** (0,2671)	1,6600*** (0,2438)	0,7004*** (0,2254)
Crédito pessoal	-0,7484*** (0,1616)	-0,6819*** (0,1706)	-0,1168 (0,1398)
Carnês	0,7386*** (0,0862)	0,6983*** (0,0973)	0,4707*** (0,1090)
Financiamento de carro	0,2605** (0,1162)	0,3061* (0,1602)	0,2840*** (0,0734)
Financiamento de casa	-0,2358 (0,2215)	-0,2853 (0,2853)*	0,2302*** (0,0850)
Constante	0,0085 (0,0758)	0,0202 (0,0787)	-0,1385* (0,0857)

Fonte: Elaboração própria (2021) a partir da PEIC (2021). Obs.: erros-padrão entre parênteses. *, ** e *** indica significância a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Os resultados do estudo de Medeiros, Oliveira e Bender Filho (2018) ressaltaram a importância da concessão de crédito, em especial, do crédito consignado, ao verificarem que esta é uma ferramenta impulsionadora do consumo doméstico no curto prazo, pois amplia o poder de compra dos consumidores.

Ademais, para ilustrar o quanto esses meios de pagamentos movimentam a economia, pode-se utilizar dos dados registrados pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), que indicou que o cartão de crédito foi o meio de pagamento que apresentou o maior volume negociado no 3º trimestre de 2021, com cerca de R\$ 371,3 bilhões (ALBUQUERQUE, 2021).

Ressalta-se, portanto, a necessidade de haver um acompanhamento da utilização dos meios de pagamentos e das concessões de crédito, haja vista que a sua crescente facilitação pode auxiliar os consumidores em suas rotinas básicas, porém também podem ser propulsoras de problemas nos orçamentos domésticos e motivar o aumento nos índices de endividamento e inadimplência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou identificar as características acerca do endividamento e da inadimplência entre famílias brasileiras de acordo com os dados disponibilizados pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, de modo a verificar o perfil geral das famílias endividadas e inadimplentes, comparar os perfis encontrados a partir dos diferentes níveis de renda, e, por fim, verificar a influência dos variados tipos de dívidas nos índices de endividamento.

Os resultados obtidos apontam que os níveis de endividamento vêm crescendo significativamente, principalmente nos últimos meses da pesquisa, o que pode ter sido motivado pelas consequências dos impactos socioeconômicos causados pela pandemia do novo coronavírus. Estes resultados reforçam a necessidade da realização de ações junto à sociedade para difusão de conhecimentos financeiros, com o intuito de auxiliar os consumidores a melhor gerir os seus recursos financeiros.

Ademais, também se verificou que, apesar de ocorrer em menor intensidade, o endividamento e inadimplência em famílias com renda maior que 10 salários-mínimos acompanha os índices gerais e de famílias com menor renda, o que demonstrou que o fato de possuir uma maior renda não fez com que estes consumidores não adquirissem problemas financeiros.

Contudo, deve-se ter atenção com a crescente nas facilidades de acesso ao crédito que, se utilizados moderadamente, auxiliam a população a atingir seus objetivos, no entanto, quando utilizados descontroladamente acarretam em problemas aos consumidores, principalmente, com a crescente na utilização do cartão de crédito identificada ao longo do estudo.

Como limitação deste estudo, cita-se a ausência de dados referentes a outras variáveis, como por exemplo, o sexo, a faixa etária, a escolaridade e o estado geográfico, que poderiam ser utilizadas para expandir as análises realizadas.

Para estudos futuros, sugere-se relacionar os dados da PEIC com outros indicadores socioeconômicos, como por exemplo, os Índices de Expectativa do Consumidor, o qual possibilitaria verificar se o endividamento e a inadimplência são influenciados pelas expectativas dos consumidores em relação as suas condições econômicas atuais, bem como, suas expectativas futuras.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, V. **Covid-19: endividamento das famílias chega a 66,6% em abril, diz CNC**. Rio de Janeiro, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/covid-19-endividamento-das-familias-atinge-recorde-em-abril-diz-cnc>. Acesso em: 04 abr. 2021.
- ALBUQUERQUE, F. **Pagamentos com cartões crescem 52% no segundo trimestre de 2021**. São Paulo, 09 ago. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/pagamentos-com-cartoes-crescem-52-no-segundo-trimestre-de-2021>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- ANDRADE, C. H. C. **Manual de Introdução ao Pacote Econométrico Gretl**. [S. l.], dez. 2013. Disponível em: https://www.ufrgs.br/ppge/wp-content/themes/PPGE/page/textos-para-discussao/pcientifica/2013_12.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.
- ARAÚJO, M. S.; ASSIS, L.; SANTOS, F. A. A importância do planejamento financeiro e a probabilidade de investimento – Um estudo de caso dos estudantes de Curso de Tecnologia em Gestão Financeira. **Revista Linceu On-line**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 112-126, 2018.
- BALASSIANO, M. **Década cada vez mais perdida na economia brasileira e comparações internacionais**. [S.l.], 02 jul. 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/decada-cada-vez-mais-perdida-economia-brasileira-e-comparacoes-internacionais>
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira: gestão de finanças pessoais**. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cidadania financeira? definição, papel dos atores e possíveis ações**. Brasília: BCB, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Informacoes_gerais/conceito_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BERTÃO, N. **Um em cada quatro jovens não consegue tomar decisões financeiras básicas, mas solução pode estar no digital, diz PISA**. São Paulo, 07 maio 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/internacional-e-commodities/noticia/2020/05/07/um-em-cada-quatro-jovens-nao-consegue-tomar-decisoes-financeiras-basicas-mas-solucao-pode-estar-no-digital-diz-pisa.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- BORTOLUZZI, D. A.; BOLIGON, J. A. R.; HOLLVEG, S. D. S.; MEDEIROS, F. S. B. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. **Revista Perspectiva**, Erechim, v. 39, n. 146, p. 111-123, jun. 2015.

BUDINER METTE, F. M. A Educação Financeira como um Instrumento Estratégico para dar Sustentabilidade ao Crescimento Econômico Brasileiro. **International Journal of Business Marketing**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 43-52, dez. 2015.

CALVETE, C. S.; DAROS, G; COLLA, G. P. Extensão em educação financeira: resultados dos cinco anos de experiência em parceria com a Equilíbrio Assessoria Econômica. **Revista da Extensão**, Porto Alegre, v. 4, n. 17, p. 23-29, jul./dez. 2018.

CANDIDO, J. G.; FERNANDES, A. H. S. Educação financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 894-913, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – abril de 2020**. [S. l.], 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-abril-de-2020/329017>. Acesso em: 05 abr. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Sobre a CNC**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/sobre-a-cnc/o-que-e-a-cnc>. Acesso em: 18 jun. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – outubro de 2021**. [S. l.], 03 nov. 2021. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-outubro-de-2021/382847>. Acesso em: 04 nov. 2021.

ESTRELA, W. M. **A regulamentação das fintechs como ferramenta de melhoria ao acesso ao crédito no Brasil**. 2019. 59 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2019.

FAGUNDES, A.; FELÍCIO, C.; SCARRETTA, T. **Marcas da Pandemia**. São Paulo, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/coronavirus/a-economia-na-pandemia/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

FERREIRA, M. F; SILVA, A. M. M.; OLIVEIRA, D. M.; DUTRA, M. G.; SOUZA, J. C.; LONGO, L. B. F.; SOUZA, R. A. Educação financeira, acesso ao crédito e o endividamento de jovens universitários da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (MG). In: Seminário Científico da FACIG, 1., 2015, Manhuaçu. **Anais [...]**. Manhuaçu: FACIG, 2015. p. 1-11. Disponível em: <http://www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiarociencia/article/view/315>. Acesso em: 18 jun. 2021.

FILGUEIRAS, I. **Consórcio ou financiamento? Saiba qual a melhor forma de comprar carro ou imóvel**. São Paulo, 31 mar. 2021. Disponível em:

<https://valorinveste.globo.com/produtos/credito/noticia/2021/03/31/consorcio-ou-financiamento-saiba-qual-a-melhor-forma-de-comprar-carro-ou-imovel.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2021.

FIRAT, A; KUTUCUOGLU, K. Y; ARIKAN SALTİK, I. TUNÇEL, O. Consumption, consumer culture and consumer Society. **Journal of Community Positive Practices**, [S.I.], v. 13, n. 1, p. 182-203, 2013.

FRANÇA, D. B. de. **Uma análise dos gastos e da propensão ao endividamento frente a datas comemorativas e temáticas**. 2019. 93 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

GAMA, B. S.; CORREIA, M. V. Planejamento financeiro pessoal e a importância da gestão dos próprios recursos – Um estudo de caso com os estudantes de Administração da Faculdade Paraíso do Ceará – FAP CE. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 1, n. 7, p. 1-14, jul. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

HOJI, M; LUZ, A. E. **Gestão financeira e econômica**: didática, objetiva e prática. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua Trimestral**: desocupação cresce em oito das 27 UFs no 1º trimestre de 2021. [S. I.], 27 maio 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30784-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-oito-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2021>. Acesso em: 17 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. [S.I.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/24304>. Acesso em: 21 nov. 2021.

IORIO, F. G.; ASSIS, V. P.; CHIROTTO, A. M. Nível de conhecimento em relação ao planejamento pessoal e educação financeira de indivíduos da cidade de São Paulo. **Revista Liceu on-line**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 181-199, jun. 2017.

KUNKEL, F. I. R.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. **RAUSP Management Journal**, v. 50, n. 2, p. 169-182, 2015.

LIBERATO, L. **Maioria dos consumidores inadimplentes está desempregada e com dívidas em atraso há mais de três meses**. [S. I.], 18 fev. 2021. Disponível em: <https://www.boavistaservicos.com.br/noticias/maioria-dos-consumidores-inadimplentes-esta-desempregada-e-com-dividas-em-atraso-ha-mais-de-tres-meses/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

LOPES, G. O. **Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: o impacto de indicadores macroeconômicos**. 2012. 63 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LUCENA, W. G. L.; SANTOS, J. M. A.; ASSIS, J. T.; SANTOS, M. C. Fatores que influenciam o endividamento e a inadimplência no setor imobiliário da cidade de Toritama-PE à luz das finanças comportamentais. **HOLOS**, Natal, v. 6, n. 30, p. 90-113, nov./dez. 2014.

MARQUES, C. L. Consumo como igualdade e inclusão social: a necessidade de uma lei especial para prevenir e tratar o “superendividamento” dos consumidores pessoas físicas. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 13, n. 101, p. 405-424, out. 2011-jan.2012.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MEDEIROS, A. P.; OLIVEIRA, G. X.; BENDER FILHO, R. Crédito Consignado: Segmentos e Efeitos Econômicos. **RACE – Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 783-810, 2018.

MESSIAS, J. F.; DA SILVA, J. U.; SILVA, P. H. C. Marketing, Crédito & Consumismo: impactos sobre o endividamento precoce dos jovens brasileiros. **Revista Eniac Pesquisa**, Guarulhos, v. 4, n. 1, p. 43-59, jan./jun. 2015.

MORAES, C. O.; SEPULVIDA, M. S. V. C.; ROQUETE, R. M. Os efeitos da taxa de juros e da política monetária no endividamento das famílias no Brasil. *In*: Encontro da ANPAD – EnANPAD 2021, 45., 2021, [S. l.], **Anais**. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/event/details/114#view. Acesso em: 16 nov. 2021.

NICACIO, A. **71% da população veem recuperação da economia só em 2022, mostra pesquisa da CNI**. [S. l.], 28 abr. 2021. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/71-da-populacao-veem-recuperacao-da-economia-so-em-2022-mostra-cni/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

NUNES, M. A. A. O processo de planejamento financeiro. *In*: SOUSA, A. F. **Planejamento financeiro pessoal e gestão do patrimônio**. 2. ed. Barueri: Editora Manole, 2018.

OCDE. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. [S. l.], jul. 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em 05 abr. 2021. Acesso em: 04 abr. 2021.

OCDE. **Princípios de alto nível da INFE para avaliação de programas de educação financeira**. [S. l.], jan. 2012. Disponível em: <https://www.oecd.org/financial/education/oecd-infe-high-level-principles-for-the-evaluation-of-financial-education-programmes-portuguese.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

OLIVATO, H.; SOUZA, P. K. B. Endividamento: um estudo preliminar dos fatores contribuintes. In: 1º Simpósio de Educação e do 1º Encontro Científico de Educação da Unisalesiano, 1., 2007, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: UNISALESIANO, 2007, p. 1-10. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2007/trabalho/aceitos/CC29390837898.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. E-book. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291348/mod_resource/content/3/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf. Acesso em: 27 jun. 2021.

REIS, T. (2018a). **Crediário**: vantagens e riscos dessa forma de pagamento. São Paulo, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/crediao/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

REIS, T. (2018b). **Empréstimo pessoal e as menores taxas do mercado**. São Paulo, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/emprestimo-pessoal/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SAITO, A. T.; SAVÓIA, J. R. F.; PETRONI, L. M. A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). In: Seminário em Administração, 9., 2006, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: EAD/FEA/USP, 2006, p. 1-15. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/an_resumo.asp?cod_trabalho=45. Acesso em: 12 abr. 2021.

SANCHES, D. **Coronavírus**: OMS decreta pandemia; o que muda nos cuidados com a saúde?. São Paulo, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/03/11/coronavirus-oms-decreta-pandemia-mas-o-que-isso-muda.htm>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SANTOS, J. O. **Finanças pessoais para todas as idades**: um guia prático. São Paulo: Atlas, 2014.

SARTORI, T; CORONEL, D. A; VIEIRA, K. M. Preparação para aposentadoria, bem estar financeiro, decisões e hábitos para a aposentadoria: um estudo com servidores de uma instituição federal. **Revista Observatorio de La Economia Latinoamericana**, [S.l.], 2016.

SAVIOLI, F. **Ações, FIIs ou criptomoedas**: qual é melhor para começar na renda variável. [S. l.], 12 jun. 2021. Disponível em: <https://investnews.com.br/colunistas/sos-financas/acoes-fiis-ou-criptomoedas-qual-e-melhor-para-comecar-na-renda-variavel/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SAVÓIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, nov./dez. 2007.

SERASA EXPERIAN. **Conheça as 7 principais causas de inadimplência no Brasil hoje**. São Paulo, 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

SPC BRASIL. **48% dos brasileiros não controlam o próprio orçamento, revela pesquisa CNDL/SPC BRASIL**. [S. l.], 28 jan. 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7171>. Acesso em: 07 abr. 2021.

TOZETTO, V. P. **Educação financeira no ensino médio**: uma abordagem por meio da análise de produtos financeiros com ênfase em consórcios. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

VERAS, A. **Artigo – A economia em ano eleitoral**. Natal, 17 abr. 2018. Disponível em: <https://www.corecon-rn.org.br/2018/04/17/artigo-a-economia-em-ano-eleitoral/>. Acesso em: 18 nov. 2021.